

Comportamento Infantil – um olhar preventivo

Compreender um comportamento como função e vê-lo como parte integrante do processo de desenvolvimento/ crescimento não significa que o mesmo não deva ser alvo de atenção e/ou intervenção. Mesmo surgindo espontaneamente e tendo uma função adaptativa, a forma como determinado comportamento evolui, muitas vezes, está intimamente ligado ao significado e à resposta que lhe são dadas. Importa, no entanto, perceber se o comportamento que a criança manifesta está integrado na fase de desenvolvimento em que esta se insere ou se poderá ser “sintoma” de algum desajuste. Para fazer esta distinção, importa compreender a sua intensidade, frequência, impacto e o (s) contexto (s) onde ocorre. Isto permitirá fazer uma leitura adequada da situação e dar respostas ajustadas à fase de desenvolvimento e necessidades específicas da criança (tendo em conta o seu desenvolvimento, temperamento e características individuais e os seus contextos naturais de vida). É importante perceber o que é expectável para saber também como reagir, pois “o tempo da criança não volta atrás. É o que se poder fazer em certo momento que fica e que vai servir de alicerce para o futuro”. (Goldsmith, cit. por Inácio 2002).

Falar de desenvolvimento emocional, social e moral da criança compreende também o conceito de autorregulação. A autorregulação é a base da socialização, unindo todas as áreas de desenvolvimento - físico, cognitivo, social e emocional. Esta define-se pelo conjunto de processos mentais que exercem controlo sobre o sujeito, sobre as suas funções, comportamentos, pensamentos, emoções, impulsos e desejos.

Os processos de autorregulação começam a verificar-se desde cedo, quando as crianças começam a modelar os seus comportamentos e respostas (Eisenberg, Smith, Sadovsky & Spinrad, 2004). A criança tem que começar, desde cedo, a compreender em que situações cada resposta é adequada (Kochanska, Murray & Harlan, 2000). Rothbart, 1998).

O desenvolvimento da autorregulação tem uma grande base biológica, mas é influenciado, em grande parte, pelo contexto e pelas relações que se estabelecem com

as figuras de referência.

O desenvolvimento da autorregulação faz-se a par do desenvolvimento das emoções de autoconsciência e avaliação, como empatia, vergonha e culpa (Lewis, 1995, 1997, 1998) e exige flexibilidade e capacidade para esperar pela gratificação. Sabemos o quão difícil é para a criança pequena adiar pela gratificação imediata, pelo que, facilmente, esquecem as regras quando desejam muito obter algo. Na maioria das crianças, portanto, o pleno desenvolvimento da autorregulação demora alguns anos.

Saber que a autorregulação é influenciada por diversos fatores importantes, nomeadamente os contextos em que ocorrem as relações significativas, as interações sociais, características culturais, familiares, entre outras (Guralnick, 2010), permite-nos a adoção de atitudes construtivas e respostas suportativas perante determinados comportamentos e manifestações emocionais negativas da criança, ligados a etapas de desenvolvimento normativo. Dessa forma estaremos a possibilitar à criança a regulação das suas emoções de forma adaptativa, bem como a permitir que as mesmas desenvolvam estratégias de regulação emocional positivas.

A par do que já foi descrito, torna-se igualmente importante conhecer o temperamento infantil, de modo a que os adultos obtenham um maior entendimento do comportamento, para conseguirem antecipar problemas e determinar estratégias eficazes para abordar as dificuldades identificadas.

Quando reconhecemos o temperamento como parte integrante da criança, percebemos como cada criança é única, respeitando assim as suas diferenças.

O comportamento resulta da interação entre o indivíduo e o seu contexto, pelo que o temperamento infantil deve ser entendido dentro do contexto no qual se expressa. A partir do momento em que se compreende e aceita o facto de que as crianças diferem nas suas respostas a situações semelhantes, os cuidadores podem compreender que a mesma estratégia não funciona com todas as crianças.

A interação entre a criança e o seu ambiente pode ser explicada pela noção de goodness ou poorness of fit (bom ou mau ajuste). Falamos de goodness of fit quando

existe compatibilidade entre as características do indivíduo e as exigências e expectativas do ambiente (Thomas & Chess, 1977, in Kristal, 2005). Poorness o fit ocorre quando, pelo contrário, existe incompatibilidade, resultando em interações negativas e lutas de poder entre a criança e o adulto, uma vez que as expectativas não se adequam ao temperamento da criança.

Promover o goodness of fit em idades precoces pode prevenir o desenvolvimento de problemas de comportamento (Cameron, 1978). Quando o temperamento da criança não é tido em consideração poderão ocorrer problemas secundários tais como ansiedade, comportamentos de oposição e desafio, descontrolo e outros problemas de comportamento. O conhecimento do temperamento específico da criança, assim como as influências do seu contexto providenciam aos cuidadores ferramentas poderosas para descrever, compreender e abordar o comportamento. Quando existe harmonia entre o indivíduo e o seu ambiente, o desenvolvimento ótimo pode ocorrer. Os adultos que reconhecem a forma como cada criança responde a determinadas situações podem ajustar as suas reações à criança construindo relações positivas e promovendo o bom ajuste. Criar um bom ajuste envolve trabalhar com o temperamento da criança e não contra ele, tentando modificá-lo.

Cada criança é influenciada e influencia o ambiente de forma única. Existe uma reciprocidade e bidirecionalidade das relações entre a biologia e o ambiente. As experiências providenciadas pelo ambiente não são vistas como independentes da criança.

O desenvolvimento é produto das transações dinâmicas e contínuas entre a criança e a experiência providenciada pela sua família e restante contexto social. A eficácia de uma intervenção assenta na sua individualização, focada nos pontos fulcrais de uma criança única, uma família específica e um contexto social, num momento temporal preciso (Peixoto,2007).

Para haver sucesso na intervenção, as mudanças não podem ocorrer exclusivamente na criança, sendo necessárias mudanças no ambiente. Passou-se de uma visão em que se dava enfoque na criança para se dar enfoque na família e no ambiente/contextos.

Significar o Comportamento

Mais importante do que saber quais as semelhanças que nos pautam é compreender quais as diferenças que nos são intrínsecas e que definem o nosso comportamento, na relação conosco próprios e com o Outro. Torna-se, assim, basilar, se quisermos compreender aprofundadamente o Outro, tentar determinar o que é singular em cada um, como resultado da sua história de vida. Os comportamentos poderão ser vistos como as vias comuns finais de experiências subjetivas altamente pessoais, que filtram os determinantes biológicos e ambientais.

Cada pessoa traz consigo um mundo interno – fantasias, sonhos, medos, expectativas, desejos, impulsos, percepção dos outros e de si mesma –, o que, em interação com o Outro, mostra a (a)sincronia dos ritmos comportamentais, não obstante o contributo de cada um ser distinto.

É essencial desenvolvermos modos de interpretar o comportamento dos outros, o que pode decorrer, entre outras coisas, de nos compreendermos a nós mesmos: o Nós individualmente, assim como o Nós em interação com o outro, designadamente o que sentimos, pensamos e significamos com o Outro.

Ao considerar que o nosso comportamento tem algum efeito, é necessário entendermos os indivíduos a quem o mesmo é dirigido e sermos capazes de antecipar o modo como eles poderão reagir. Em particular, importa pensar os relacionamentos entre indivíduos e as regras que governam esses mesmos relacionamentos. O mundo social apresenta uma diversidade desconcertante, pelo que algum tipo de ordem – o modo como percebemos, representamos mentalmente e fazemos deduções acerca dos outros – tem de se impor sobre a experiência, se quisermos extrair algum significado dele.

É-nos natural querer compreender o que nos rodeia. Dar significado pode tranquilizar – quando etiquetamos/ nomeamos, iluminamos o desconhecido, contudo, tal como já referimos, tendemos a etiquetar consoante as nossas experiências, correndo o risco de “etiquetarmo-nos” na criança e não o comportamento real da criança. Conhecer o comportamento, significa reconhecermo-nos, na semelhança e na diferença, o desenvolvimento e o temperamento da criança.

Tal como Carl Jung refere, o encontro entre duas personalidades assemelha-se ao contacto de duas substâncias químicas: se alguma reação ocorre, ambos sofrem uma transformação e, esperamos que esta transformação surta na gradual clarificação da perceção que temos de nós próprios e dos outros.

Texto retirado do manual de formação da ANIP: Temperamento e comportamento infantil dos 0-6 anos (2018).

Autoras do Manual:

Ana Jacinto

Carla Lança

Celina Carvalho